



Reformar A indústria exportadora é a chave no aumento da produtividade e do crescimento de uma economia na cauda da Europa. Fiscalidade de apoio a áreas estratégicas, regresso do investimento público e reformas são receitas para crescer

Portugal entre as 20 economias mais lentas no mundo

Textos ANABELA CAMPOS e CÁTIA MATEUS
Ilustração TIAGO PEREIRA SANTOS com FREEPIK

Se Karl Marx fosse português tinha escrito "A Dívida" e não "O Capital", gracejava-se há anos, quando, na crise de 2008/2009, ficou evidenciado que os mais mediáticos investidores portugueses eram afinal grandes devedores da banca. Tem faltado capital e sobrado endividamento ao tecido empresarial português, num país que não tem conseguido criar marcas globais, perdeu quase todas as grandes empresas (as que têm escala e capacidade para investir em inovação, internacionalizar-se e dar emprego qualificado) e se debate com uma crescente deterioração da produtividade.

O panorama não é animador. As duas primeiras décadas do século XXI foram de crescimento anémico do produto interno bruto (PIB), com uma produtividade que coloca Portugal nos últimos lugares do pódio da União Europeia. Apesar dos milhares de milhões de euros em apoios e subsídios que desaguarão no país vindos de Bruxelas nas últimas décadas, Portugal teve desde 1999 o quarto crescimento mais lento da zona euro. Com pior desempenho só a Grécia, Itália e Alemanha, que continua a ser motor e maior economia da Europa, mais cresce pouco (ver gráfico).

O PIB português acumulou neste quase quarto de século um crescimento acumulado de 20%, traduzido numa variação média a rondar 0,7% ao ano. Um magro crescimento que faz de Portugal uma das 20 economias mais lentas no mundo.

Mas, como nem tudo é negativo, é de assinalar a melhoria das contas públicas: a dívida pública ficou abaixo dos 100% do PIB em 2023 (a primeira vez em 15 anos), e o Estado fechou o ano com um excedente orçamental de €4,3 mil milhões. Um caminho iniciado nas Finanças por Mário Centeno e trilhado depois por João Leão e Fernando Medina, e para o qual deram um forte contributo a escassez de investimento público, as cativações, um turismo pujante e um sector exportador que se soube reinventar, apostar na inovação e fortalecer com a crise de 2008 e 2009.

O desânimo do fraco crescimento não é suficiente para que os economistas, académicos e antigos governantes ouvidos pelo Expresso considerem que é o momento de deitar a toalha ao

chão. E há até algum otimismo face à mudança de rumo. É preciso, contudo, que o país se foque no essencial, escolha e apoie os sectores onde se poderá destacar face à concorrência.

Inovar, exportar e apoiar

A partir de Londres, o académico e economista Ricardo Reis vê na indústria exportadora um motor para sair do ciclo vicioso de estagnação. "Parece-me que seja qual for a receita para o crescimento ele terá de passar sempre pelas exportações". O mercado português, justifica, é pequeno. "As empresas que vimos crescer nos últimos 10 anos estão sempre associadas às exportações", aponta. Uma visão partilhada pela generalidade dos especialistas ouvidos pelo Expresso: a indústria exportadora é fulcral para um crescimento mais expressivo da economia.

Sem escamotear o "mediocre" crescimento da produtividade, que diz ser resultado de uma estrutura produtiva da economia "especializada em sectores de baixo valor acrescentado e baixa intensidade tecnológica", como é o caso do turismo (sector de baixa produtividade e margens reduzidas e mão de obra pouco qualificada), Ricardo Paes Mamede, economista e professor do ISCTE, prefere olhar para o copo meio cheio, salientando "o crescimento razoável da economia nos últimos anos" e apontando caminhos. Temos de preocuparmo-nos mais com a alteração da estrutura produtiva, procurando ter maior intensidade tecnológica e de inovação, exorta. Ao "contrário do que o PS e PSD têm feito nos últimos 25 anos", é importante desenvolver políticas de apoio a sectores definidos como estratégicos, aconselha Paes Mamede. O que fazem os países mais desenvolvidos é, explica, partindo da colaboração entre sectores, e tendo coordenadas da ação pública, estabelecer prioridades e fornecer aos investidores e empresas os instrumentos necessários para progredir. "O Estado não se pôr de lado", defende.

Paes Mamede é um defensor das virtudes das estratégias de especialização e inovação para a especialização inteligente (condição para acesso a fundos europeus nas áreas da investigação e inovação), processo no âmbito do qual os países têm de identificar onde têm vantagens competi-



tivas. "Apoiar com fundos cegamente todos os sectores não é o caminho", considera. E diz que tem de se identificar oportunidades de transformação produtiva e apoiar essas áreas com incentivos fiscais direcionados. É no fundo fazer um plano nacional de clusters de coordenação e desenvolvimento regional) sabem quais são as áreas mais promissoras em cada região, diz Ricardo Mamede.

Mas Pedro Pita Barros, economista e professor da Nova Business School, considera que "mais do que definir sectores de atividade económica nos quais se deve apostar é preferível melhorar os mecanismos que permitam às empresas de base nacional desenvolverem-se sem ditar quais são os caminhos". Não obstante, Pita Barros defende o "uso das compras públicas para ajudar na inovação das pequenas e médias empresas, dando-lhes oportunidades de participar com sucesso, sem estarem dependentes de associações com as maiores empresas de cada área".

Choque fiscal e reformas

A experiência de 10 anos como ministro de Cavaco Silva (primeiro com

a pasta do Trabalho, depois com a Indústria e Energia) dá a Luís Mira Amaral argumentos para dizer que tem de haver maior pragmatismo na execução das medidas económicas. É com um conjunto de medidas que se aumenta PIB potencial e se põe o país a crescer. E aponta algumas: "mais concorrência, menos burocracia e melhor financiamento". "O choque fiscal é um dos mecanismos do crescimento, mas é preciso que haja também um choque de gestão nos organismos do Estado", diz o ex-governante. Simpaticamente das medidas propostas pelos partidos de direita, que propõem uma descida do IRC (a AD, em particular, promete uma redução gradual de 21% para 15%), Mira Amaral diz que só isso não basta, é preciso capacidade de execução. Pita Barros, que defende um quadro fiscal "estável", também reconhece que há "falta de capacidade de execução" em Portugal.

Reforma é uma palavra-chave para o ex-ministro da Economia de Pedro Passos Coelho, Álvaro Santos Pereira, recém-nomeado economista-chefe da OCDE. Defende "a reforma e desburocratização da Administração Pública". E fala na necessidade também de "reformular a Justiça" e "acabar com a cultura de impunidade e corrupção". Diz que é preciso "ajudar o país

a industrializar-se" e "criar incentivos para que haja mais inovação".

E que sectores escolher para crescer? Em todos os sectores pode haver empresas que se modernizam e se desenvolvem, admite Mira Amaral. E nomeia o sector dos moldes, a metalurgia, a indústria automóvel. "O turismo é excelente num contexto de economia diversificada, mas não podemos ficar dependentes apenas dele, se não ficamos como o Egipto", alerta. E lembra que um país não pode deixar de ter indústria, "foi ela que nos salvou na pandemia". E nesse sentido defende que era importante olhar com atenção para o lítio e para a questão das baterias: "Se quisermos defender a indústria automóvel é importante ter uma empresa de baterias por perto."

Agilizar o Banco de Fomento

Financiar as empresas não pode passar só pela banca, defende Mira Amaral. Há outros mecanismos alternativos, como os fundos ou o BEL. "É e preciso pôr o Banco de Fomento a funcionar", acrescenta. Sem querer ser demasiado crítico, acaba por confessar que o "Banco de Fomento tem tido dificuldade em desempenhar o seu papel", e diz que precisa de ter gente mais vocacionada para o risco, e menos ligada à banca comercial. A estrutura empresarial demasiado fragmentada do país e a falta de grandes empresas são um dos inibidores do crescimento. "As empresas pequenas não têm dimensão para fazer investimento em inovação e dar o salto", diz Mira Amaral.

Paes Mamede alinha nesta visão. O facto de não termos grandes multinacionais com peso nas cadeias internacionais de fornecedores, um motor de crescimento das empresas associadas, é muito penalizador, considera. E exemplifica que Espanha beneficia muito do facto de ter uma Zara.

"Os sindicatos têm razão: a baixa produtividade portuguesa não é culpa dos trabalhadores, a falta de capital tem sido um travão ao crescimento. Temos um baixíssimo investimento de capital por trabalhador, e estes levam por tabela", atira Mira Amaral. Apesar do salto no salário mínimo na última década (de €485 para os atuais €820), os trabalhadores têm perdido poder de compra em comparação com o resto do mundo. O PIB per capita em paridade de poder de compra português ainda é o 45º mais alto do mundo, mas há 30 anos estava 10 lugares acima.

Fazer subir mais os salários em Portugal "vai depender da capacidade do país de alavancar a sua produtividade", sublinha João Cerejeira, da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Para isso, defende, "é preciso atuar ao nível das qualificações e continuar a melhorá-las".

De olhos no futuro, Pita Barros lembra que "cada vez mais é a deslocação de informação e de dados que está na base de aumentos de produtividade", e as políticas públicas têm de ser pensadas com isso em mente.

acampos@expresso.imprensa.pt

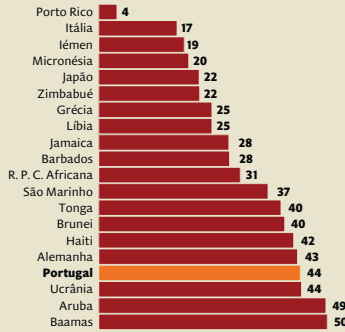


Na cauda da Europa, Portugal cresce sem vigor

Com uma das produtividades mais baixas da União Europeia, Portugal tornou-se no século XXI uma das economias mais lentas do mundo

PAÍSES MAIS LENTOS DO MUNDO

Crescimento do PIB entre 1999 e 2023, em %



FONTE: FMI (VALORES ATÉ 2023 SÃO ESTIMATIVAS); EXPRESSO

PORTUGAL LONGE DAS ECONOMIAS MAIS RICAS

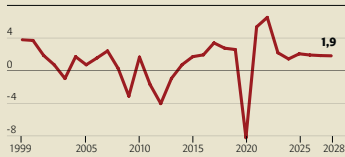
Pos. no ranking mundial do PIB per capita em paridade de poderes compra



FONTE: FMI (VALORES ATÉ 2023 SÃO ESTIMATIVAS); EXPRESSO

CRESCIMENTO DO PIB

Em %



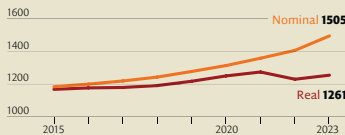
FONTE: FMI (PROJEÇÕES A PARTIR DE 2023)

CRESCIMENTO A VOAR BAIXINHO

A economia portuguesa teve um dos piores desempenhos do mundo desde o lançamento do euro, em 1999. Na União Europeia fica apenas atrás da Grécia, Itália e Alemanha. Sem aumento de produtividade não há crescimento, e produtividade (em queda nos últimos anos) é uma das principais fragilidades da economia portuguesa. Isso reflete-se nos rendimentos: o PIB per capita em paridade de poder de compra português ainda é o 45º mais alto do mundo, mas há 30 anos estava 10 lugares acima.

SALÁRIO MÉDIO AUMENTOU 28% EM OITO ANOS, MAS INFLAÇÃO FICA COM A MAIOR FATIA

Remuneração bruta mensal média total por trabalhador, em euros

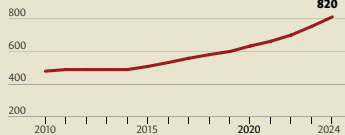


Nota: cálculos do INE com base na Declaração Mensal de Remunerações da Segurança Social e na Relação Contributiva da Caixa Geral de Aposentações; remunerações foram deflacionadas a janeiro de 2014

FONTE: INE

SALÁRIO MÍNIMO SUBIU 69% NUMA DÉCADA

Em euros



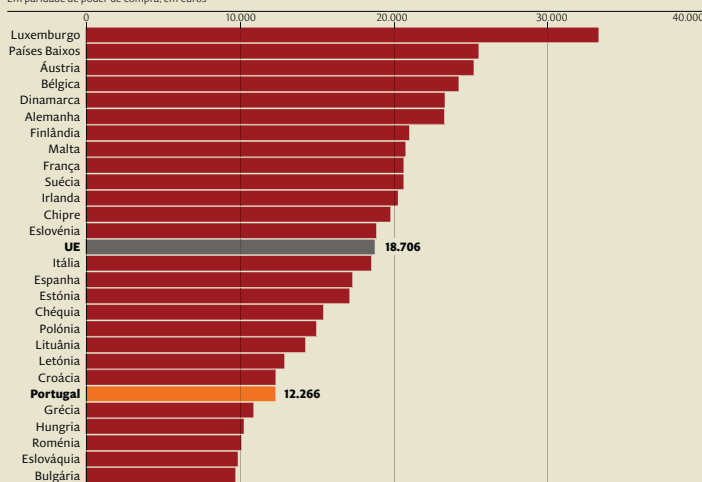
FONTE: MTSSS

SALÁRIO MÍNIMO: O GRANDE SALTO

Na última década, a remuneração mínima garantida aumentou em Portugal 69%, de €485 para os atuais €820. Um salto significativo, que não foi acompanhado pelo salário médio, que está nos €1505 brutos mensais e que tem estado estagnado na última década.

PORTUGUESES ENTRE OS PROFISSIONAIS COM RENDIMENTO MAIS BAIXO NA UE

Em paridade de poder de compra, em euros



FONTE: EUROSTAT

PORTUGUESES NA CAUDA DA EUROPA

O rendimento disponível dos trabalhadores europeus tem aumentado, mas Portugal está longe da média europeia e tem perdido posições nos últimos anos. O rendimento médio por habitante na UE, expresso em paridade de poder de compra (de modo a eliminar o efeito da variação do nível de preços entre os vários países, permitindo uma comparação mais rigorosa), era de €18.706 em 2022 e no Luxemburgo era de €33 mil. Em Portugal ficava muito abaixo: €12.266, colocando o país na cauda da Europa.

AS PROPOSTAS DOS PARTIDOS



PS

Quer a economia a crescer à volta de 2% ao ano

ao longo da legislatura, com o investimento público a fixar-se nos 4% do PIB nos dois primeiros anos, abrindo para 3,4% em 2028. Aposta do investimento na internacionalização das empresas e na seletividade dos benefícios fiscais com a definição de sectores estratégicos na mira, "para não dar tudo a todos". Tem como meta colocar o salário mínimo nacional nos €1000 em 2028, esperando que esta aposta tenha um efeito de contágio aos restantes salários. Sobre o novo aeroporto, diz que respeitará a sugestão da comissão técnica independente, que aponta para já para Alcochete. Promete avançar com o lançamento da primeira fase relativa à alta velocidade na ligação Porto-Valença. E com a construção de uma nova travessia ferroviária sobre o Tejo.

ferroviária de alta velocidade Lisboa-Porto". E defende a privatização da TAP.



CDU

Quer que os portugueses que recebem o salário mínimo vejam a sua remuneração aumentar para €1000 já em 2024, prosseguindo a valorização nos próximos anos de modo a aproximar o país da média salarial da zona euro. Defende mais investimento público, e aponta para um crescimento de 5% do PIB. Sugere o fim das cativações, e aposta na indústria nacional e nas exportações. Defende um alívio do IRC para as PME e um novo escalão com uma taxa de 12,5% para empresas com rendimento coletável até €15 mil. Para compensar propõe um novo escalão de derrama estadual de 14% para sociedades com lucros superiores a €50 milhões. Quer o novo aeroporto em Alcochete, alta velocidade na ligação Lisboa-Porto, terceira travessia sobre o Tejo — propostas que partilha com o Bloco de Esquerda. Partilham também o regresso ao controlo público dos CTT, EDP, Galp e REN.



AD

Serão as exportações e o investimento público e privado a puxar pelo crescimento do PIB.

Propõe uma redução gradual do IRC de 21% para 15% no final da legislatura. E quer apostar no aumento da produtividade, com o investimento a subir de 0,6% em 2023 para 3,7% em 2024, atingindo 5,2% em 2025, e mantendo-se entre os 3% e 4% até 2028. Não aponta a localização do novo aeroporto, mas defende uma decisão rápida. Coincide com os socialistas nas metas do salário mínimo de €1000 até 2028. E dá também um número para materializar as ambições para o salário médio. A AD quer "criar condições de evolução do salário médio para €1750 até ao final da década".



Bloco de Esquerda

O Bloco quer ver o investimento público crescer 5%.

Propõe a criação de um novo escalão de derrama estadual para empresas com lucros entre €20 milhões e €35 milhões, com uma taxa de 7%. E uma taxa extraordinária de grandes fortunas, acima de €1,6 milhões, das heranças acima de um milhão de euros, ou a criação de um imposto sobre lucros excessivos, aplicável à banca, distribuição e energia. Propõe o aumento do salário mínimo para €900 já este ano e aumentos anuais correspondentes ao efeito da inflação acrescido de €50. E em matéria de salários, os bloquistas querem esbater as desigualdades salariais, tanto no sector público como no privado. Para isso sugerem a criação de leques salariais, no máximo de um para 12. Ou seja, ninguém pode ganhar mais num mês do que outro ganha num ano na mesma empresa.



Chega

A meta dos €1000 no salário mínimo está no horizonte do Chega. Mas o partido acredita que é possível alcançar este patamar já em 2026 e defende que as empresas que tenham um peso dos custos fixos na ordem dos 30% devem poder contar com um programa de apoio específico.

Quer usar os montantes recuperados do combate à corrupção no investimento público. Para o IRC defende a introdução de uma "flat tax" para as regiões autónomas e o interior do país e de 18% para o resto do território.



Livre

É o partido mais ambicioso na proposta de aumento do salário mínimo, que quer ver subir para €1150 em 2028.

Propõe um novo regime de planeamento do investimento público em I&D num quadro plurianual: 3% do PIB até 2030, com uma parcela de 50% de despesa pública e 50% privada. Quer aplicar "uma sobretaxa extraordinária progressiva, a cobrar em sede de IRC nos sectores da energia, da banca, seguros, imobiliário, distribuição alimentar e armamento que apresentem um lucro igual ou superior a €1,5 milhões".



IL

Acredita que uma redução dos impostos vai "desbloquear a economia".

E aponta para uma taxa única de IRC de 12% para as empresas, exceto para as grandes multinacionais, para as quais a taxa deverá ser de 15%. Não fixa metas para a melhoria dos salários. Apenas propõe que seja alargada a isenção sobre rendimentos a trabalhadores-estudantes independentes. Defende políticas que promovam o investimento, e admite que seja público em áreas como eficiência energética e as ciências. Quer "executar o projeto TGV: linha



PAN

Quer assegurar que o salário mínimo nacional alcance os €1100 até 2028.

Defende a redução da taxa de IRC para 17% até ao final da legislatura. E quer uma taxa reduzida do IVA para a energia renovável.

Portugal é uma das 20 economias mais lentas do mundo

A baixa produtividade da economia faz de Portugal o quarto país que menos cresceu na UE depois da entrada do euro

Falta de capital e excessivo peso de sectores com baixo valor acrescentado ajudam a explicar o fraco crescimento e os baixos salários. Inovar, exportar mais e apoiar fiscalmente sectores estratégicos pode ser a solução. [E16](#)